

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALEXANDRA MARIA RIOS CABRAL

**MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS CONTÁBEIS NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS
DE 2014 A 2012**

Maceió
2024

ALEXANDRA MARIA RIOS CABRAL

**MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS CONTÁBEIS NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS
DE 2014 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Valdemir da Silva.

Maceió

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

C117m Cabral, Alexandra Maria Rios .

Manipulação de resultados contábeis nos municípios paulistas de 2014 a 2022 / Alexandra Maria Rios Cabral. – 2024.

46 f. : il. .

Orientador: Valdemir da Silva .

Monografia ((Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 43- 46.

1. Manipulação contábil orçamentária (São Paulo). 2. Contabilidade pública (São Paulo). 3. Orçamento público. 4. Resultado orçamentário. I. Título.

CDU: 35.073.52 (815.6)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALEXANDRA MARIA RIOS CABRAL

MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS CONTÁBEIS NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS DE 2014 A 2022

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.
Orientador: Prof. Me. Valdemir da Silva

Aprovado em 27 / 02 / 2024.

Documento assinado digitalmente
 VALDEMIR DA SILVA
Data: 27/02/2024 11:58:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Orientador – Me. Valdemir da Silva, UFAL)

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 CAMILA DO CARMO HERMIDA
Data: 27/02/2024 16:43:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Examinadora Interna – Dra. Camila do Carmo Hermida, UFAL)

Documento assinado digitalmente
 ANDERSON MOREIRA ARISTIDES DOS SANTOS
Data: 06/03/2024 15:30:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Examinador Interno – Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos, UFAL)

Dedico este trabalho, ao professor Valdemir da Silva. Sem seu apoio e entusiasmo, esta jornada teria sido muito mais árdua.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado forças em todas as fases em que precisei Dele e pelas pessoas que Ele colocou em meu caminho;

Ao meu orientador professor Valdemir da Silva que sempre acreditou na minha capacidade e me estimulou com suas ideias, compreensão, paciência e dedicação, apesar de todos os seus afazeres acadêmicos.

Ao meu companheiro e amigo Wilson que sempre acreditou em mim e me incentivou a estudar e continuar crescendo na vida acadêmica;

Aos meus pais Cyro (que Deus o tenha em boas mãos) e Nadia que sempre investiram em mim e me apoiaram em todos os momentos felizes ou tristes por que passei ao longo de minha vida;

Aos amigos que aqui estabeleci em razão das aulas de graduação: Samuel, Dyanne, Gabriel e Dayanny. Vocês foram uma fonte de apoio e incentivo em meus estudos;

Aos professores do curso pelos ensinamentos de Contabilidade tão bem transmitidos;

Aos participantes da banca examinadora pelas valorosas sugestões.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar a prática de manipulação contábil nos resultados orçamentários nos municípios do estado de São Paulo, quando da utilização das contas outras receitas correntes e outras despesas correntes, para alcançar o equilíbrio orçamentário. Utilizando-se de modelos de efeitos fixos, aleatório e *pooled* para dados em um painel desbalanceado, em uma amostra de 645 municípios paulistas, no período de 2014 a 2022, foram testadas cinco hipóteses embasadas na literatura científica. Os Resultados desta pesquisa revelam que há bons indícios de que os gestores gerenciam seus resultados e que essa prática é mais clara nos municípios paulistas com menos de cem mil habitantes, do que nos municípios com uma população maior. Além disso, essa manipulação é mais contundente em se tratando da conta de outras despesas correntes. Assim, segundo os resultados encontrados, a prática de gerenciar resultados foi comprovada a partir de a) existência de uma relação negativa entre a variação do resultado orçamentário e as outras despesas correntes, o que corrobora a hipótese de que o gestor público, motivado pelo alcance do equilíbrio orçamental de suas contas, se utiliza da conta de outras despesas correntes; b) imobilizado possui relação positiva com as outras despesas correntes nos municípios com menos de cem mil habitantes; c) passivo real e a densidade populacional possuem relação positiva com as outras receitas e despesas correntes. Por último, em anos eleitorais, os achados dessa pesquisa mostraram que não houve acréscimos das outras despesas correntes nem outras receitas correntes. No futuro, propõe-se o uso de modelos econométricos mais robustos com a inclusão de novas variáveis em trabalhos nessa linha.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultados; setor público, municípios paulistas; manipulações contábeis orçamentárias; modelo de efeitos fixos.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the practice of accounting manipulation in budgetary results in the municipalities of the state of São Paulo when using the accounts for other current revenues and other current expenses to achieve budgetary balance. Using fixed effect, random effects, and pooled models for unbalanced panel data in a sample of 645 municipalities in São Paulo from 2014 to 2022, five hypotheses based on the scientific literature were tested. The results of this research reveal strong indications that managers manipulate their results, and this practice is more evident in municipalities in the state of São Paulo with fewer than one hundred thousand inhabitants than in those with a larger population. Furthermore, this manipulation is more pronounced concerning the account of other current expenses. Thus, according to the findings, the practice of managing results was confirmed based on a) the existence of a negative relationship between the variation in budgetary results and other current expenses, supporting the hypothesis that public managers, motivated by achieving budgetary balance, use the account of other current expenses; b) fixed assets have a positive relationship with other current expenses in municipalities with fewer than one hundred thousand inhabitants; c) real liabilities and population density have a positive relationship with other current revenues and expenses. Finally, in election years, the findings of this research show that there were no increases in other current expenses or other current revenues. In the future, the use of more robust econometric models with the inclusion of new variables is proposed in studies along these lines.

Keywords: Result management; public sector, municipalities in São Paulo; budgetary accounting manipulations; fixed effects models.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Estatística Descritiva das Variáveis da Pesquisa.....	29
Tabela 2	- Correlação de <i>Spearman</i> entre as variáveis independentes.....	30
Tabela 3	- Modelos de estimação por efeitos fixos – Municípios de São Paulo de 2014 a 2022.....	31
Tabela 4	- Resultados das regressões por amostras – Municípios de São Paulo de 2014 a 2022.....	34
Tabela 5	- Regressões com todos os municípios de São Paulo, após exclusão da capital.....	37
Tabela 6	- Modelo de efeitos fixos para grandes municípios de São Paulo, após exclusão da capital.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Manipulação de Resultados no Setor Público.....	13
2.2 Manipulação de Resultado nos Municípios e as Teorias da Escolha Pública e da Agencia:.....	14
2.3 Estudos Anteriores.....	15
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 Hipóteses e Variáveis de pesquisa.....	21
3.2 Modelo econométrico.....	24
3.3 Modelagens e testes estatísticos.....	26
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	29
4.1 Testes de Robustez.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A flexibilização dos padrões ou regras contábeis é permitida no limite do que é legal e do que está dentro da margem de discricionariedade consciente e moralmente aceitável para que os gestores possam fazer manipulações. Esse espaço, amparado pelas normas, gera um ambiente de incentivos, racionalização e oportunidades para que os gerenciadores das informações possam gerar valor sem, contudo, prejudicar a qualidade da informação contábil ou ludibriar os seus usuários (Paulo, 2019).

A Manipulação de Resultados (MR) ou Gerenciamento de Resultados (GR) é um estímulo inevitável, que está ao alcance da administração e dos responsáveis pela preparação da informação contábil. Isso ocorre em meio à possível falta de observação direta por parte dos destinatários da informação, influenciando o julgamento das escolhas contábeis que tendem a favorecer os interesses dos gestores (Cohen; Malkogianni, 2021; Bisogno; Donatella, 2022). Em conformidade com a Teoria da Agência, esse movimento, incentivado pelo gestor, para a defesa de interesses próprios em oposição aos reais anseios dos proprietários, cria um cenário de oportunidades para os gestores e os responsáveis pela produção das informações manipularem os valores contábeis (Jensen; Meckling, 1976).

Esse ambiente de incentivos e oportunidades favoráveis a MR está historicamente difundido no mundo empresarial e impulsionado, sobretudo, no mercado acionário, em virtude dos contratos e motivações regulamentares (Dechow; Skinner, 2000). Nessa direção, os estudos mostram que a manipulação de resultados é uma prática comum no setor privado (Dechow; Ge; Schrand, 2010; Costa; Gartner, 2016; Cohen; Malkogianni, 2021) dadas as diferentes abordagens teóricas e métodos de pesquisas adotados para investigar esse tema (Bisogno; Donatella, 2022).

Apesar de os investigadores demonstrarem histórica e serem inicialmente céticos em relação à MR no setor público (Dechow; Ge; Schrand, 2010; Jones, 2011), esse tema, na última década, tem empolgado o interesse de pesquisadores nacionais (Santos; Machado; Scarpin, 2013; Costa; Gartner, 2016; Almeida Santos *et al.*, 2019) e internacionais (Verbruggen; Christiaens, 2012; Capalbo; Frino; Mollica; Palumbo, 2014; Paulo, 2019; Cohen; Malkogianni, 2021; Bisogno; Donatella, 2022; Rasteiro, 2023). De um modo geral, os resultados desses estudos manifestam a manipulação de resultados no setor público.

Para o setor público, a literatura tem documentado três motivos que inclinam o desejo de os gestores públicos manipularem os resultados: demonstrar que estão alcançando os seus objetivos e prestando serviços a um custo aceitável; justificar o financiamento do parlamento;

e atender as metas do governo (Pina; Arcas; Marti, 2012). Assim, nos contextos locais, vinculados aos gestores municipais, a expectativa é de que os agentes sejam providos de motivações políticas e tomem certas decisões para maximizar os votos, justificando-se, conseqüentemente, a existência de manipulação de resultados nesse contexto (Buchanan; Tullock, 1965).

No cenário brasileiro, por se tratar de um Estado com sistema *code-law* (La Porta, Silanes; Shleifer; Vishny, 1998; La Porta, Silanes; Shleifer, 2013), é oportuno investigar os governos locais, pois, apesar dos instrumentos legais que regem as finanças públicas nesses ambientes, o controle interno ainda é fragilizado (Ribeiro filho *et al.*, 2008; Perdeneiras *et al.*, 2018), tornando-se, conseqüentemente, uma oportunidade para que a manipulação de resultados contábeis seja acentuada. Dentre os instrumentos legais que regem a condução das finanças públicas no Brasil, destacam-se a Lei nº 4.320/64 que orienta a busca pelo equilíbrio da receita arrecadada e da despesa realizada (Brasil, 1964); a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que esclarece procedimentos para ações planejadas e transparentes, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios que afetam o equilíbrio orçamentário (Brasil; 2000); e a Lei de Diretrizes Orçamentárias que estabelece metas e prioridades, bem como equilíbrio orçamentário entre as receitas e despesas executadas (Brasil, 1964; 2000).

Nesse sentido, no contexto brasileiro, os municípios são adequados para investigar o gerenciamento de resultados, pois há evidências práticas e concretas de manipulações dos resultados apresentadas pelos governos locais nacionais (Santos; Machado; Scarpin, 2013; Queiroz; Rodriguez, 2014; Costa; Gartner, 2016; Almeida Santos *et al.*, 2019) e internacionais (Paulo, 2019; Cohen; Malkogianni, 2021; Bisogno; Donatella, 2022; Rasteiro, 2023). Os resultados desses estudos são corroborativos e sugerem que os municípios recorrem à manipulação de resultados.

Diante do exposto e considerando que ainda existem poucos estudos investigando os governos locais brasileiros, emerge a seguinte questão de pesquisa: **Os municípios do estado de São Paulo recorreram à prática de manipulação dos resultados de 2014 a 2022, utilizando-se das contas de outras receitas correntes e outras despesas correntes, para alcançar equilíbrio orçamentário?** Para encontrar uma resposta a esse questionamento, este estudo tem como objetivo verificar a prática de manipulação do resultado nos municípios do estado de São Paulo, quando da utilização das contas de outras receitas correntes e outras despesas correntes, para alcançar equilíbrio orçamentário.

Manipular as informações no setor público gera impacto sobre os usuários-cidadãos que, para tomar decisões, dependem dos resultados apresentados pelo governo (Costa; Gartner,

2016). Nessa perspectiva, a motivação deste estudo prende-se ao fato de que na esfera pública, já corroborada por estudos prévios, existem oportunidades para a prática de manipulação de resultados por parte dos gestores públicos, as quais, trazem consequências econômico-financeiras decorrentes das escolhas discricionárias dos responsáveis pelas contas públicas.

Este estudo assume um papel de destaque ao evidenciar sua significativa importância no contexto brasileiro, considerando: a) o uso de modelos econométricos que lidam com a heterogeneidade entre os municípios em análises de dados em painel em detrimento de modelos agrupados encontrados na literatura; b) o espaço temporal abrangido de nove anos. É notável que, até o momento, apenas a pesquisa conduzida por Santos, Machado e Scarpin (2013) tenha se dedicado à análise de municípios brasileiros, dentro da metodologia proposta neste trabalho, embora tenha limitado seu horizonte temporal a apenas quatro anos.

Além disso, merece destaque a decisão de focar no estado de São Paulo, município esse ainda não focado entre os trabalhos pesquisados na literatura até o presente momento, que se destaca como uma peça fundamental no cenário nacional, exercendo um papel preponderante na economia e no desenvolvimento do Brasil. Sendo sua influência notável tanto em termos industriais quanto na dinâmica social e cultural, consolidando-se como um protagonista entre os demais estados brasileiros.

Assim, este estudo contribui para reforçar teoricamente as poucas pesquisas nacionais que tratam da manipulação de resultados nos municípios brasileiros e ampliar, de um modo geral, os estudos que tratam desse assunto no setor público. Além disso, os resultados da presente pesquisa são relevantes para as instituições de controle, sobretudo, o Legislativo, haja vista que as oportunidades e incentivos à manipulação de resultados podem ser implícita ou explicitamente inseridas na metodologia e nos textos das normas legais e infralegais, o que ensejam maior margem para os excessos.

O artigo possui quatro partes além desta introdução. A primeira apresenta a revisão de literatura e o referencial teórico sobre a manipulação dos resultados contábeis no setor público à luz da Teoria da Agência e da Teoria da Escolha Pública. Na segunda parte é descrita a análise metodológica; na terceira, são apresentados e analisados os resultados obtidos, e por fim, tem-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Manipulação de Resultados no Setor Público

A manipulação de resultados não é uma temática nova, mas, apesar dos avanços em relação aos instrumentos de controle institucional e social, é um assunto atual e ainda bastante discutido. Essa discussão é motivada pelo fato de os gestores serem motivados pela intenção de alterar resultados orçamentários por meio da reclassificação das contas contábeis (Santos; Machado; Scarpin, 2013), antecipar dividendos, renunciar receita, contingenciar o orçamento (Costa; Gartner, 2016) e, entre outros eventos, diminuir o nível de endividamento (Beck, 2018; Cohen; Malkogianni, 2021; De Jesus *et.al.*, 2022).

Essa prática oportuna, designada pelo poder discricionário a que o gestor tem direito, excede e evolui na medida em que os controles institucionais e populares também evoluem. Para Beneish (2001), essa flexibilidade pode ser vista sob duas perspectivas, ainda não testadas pela literatura: a oportunista em que os gestores alteram materialmente a informação financeira, prejudicando e iludindo os usuários dessa informação; e a informativa na qual a gestão revela aos usuários interessados pela informação as expectativas de resultados que lhes interessam.

Diante dessas perspectivas, Paulo (2019) aponta que um determinado procedimento contábil pode ser apresentado como conteúdo informativo ou como sendo de manipulação de resultado. Essa pesquisadora acrescenta ainda uma questão central: a intenção do gestor não é observável, o que traz óbices à investigação empírica. Reforçando esse cenário de dificuldade, Pilcher e Van Der Zahn (2010) manifestam a preocupação em relação até que ponto os gestores estão dispostos a utilizar o seu comportamento oportuno para manipular os resultados.

Amenizando esse cenário de preocupação, Moreira (2008) argumenta que a manipulação se aproxima do conceito de gerenciamento de resultado e nem sempre apresenta uma conotação negativa, dada a oportunidade de o gestor utilizar racionalmente a norma contábil vigente - que concede a margem de escolha - e, desse modo, apresentar os resultados com base nessa flexibilidade. Complementando essa visão, Costa e Gartner (2016) entendem que, dependendo do conteúdo a ser informado, a manipulação pode ser razoavelmente aceitável e ainda acrescentam que o setor público não se apresenta nem pior, nem melhor que o setor privado.

2.2 Manipulação de Resultado nos Municípios e as Teorias da Escolha Pública e da Agência:

Os resultados dos estudos sobre a manipulação do resultado no setor público revelam que essa prática ocorre em todas as esferas de governo e em diferentes níveis de Poder (Costa; Gartner, 2016; Rasteiro, 2023). Nesse sentido, independentemente dos objetivos que possam existir, investigar a manipulação de resultados nos municípios é tão importante quanto no setor privado (Cohen; Malkogianni, 2021). Esses entes subnacionais ou locais estão mais próximos do cidadão (Araújo; Queiroz; Paulo, 2023) e a sua característica inerente é a contribuição para o bem-estar da sociedade e da economia local por meio do fornecimento direto de bens e serviços (Tran; Nguyen; Hoang, 2021).

Os municípios têm responsabilidade direta perante os seus munícipes e pelas suas funções e práticas previstas na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). De um modo geral, os legisladores atribuem a esses entes a responsabilidade pelas suas ações que devem ser planejadas e transparentes. Assim, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal a prestação de contas não é apenas um cumprimento das normas, mas a necessidade de informar aos cidadãos sobre a utilização dos recursos públicos e dos resultados alcançados. Apesar dessas determinações, Cohen e Malkogianni (2021) manifestam que as normas contábeis permitem aos políticos e aos gestores o exercício do poder discricionários sobre os resultados contábeis.

Beck (2018), diante dessa flexibilidade, anuncia a relação entre a manipulação de resultados e a extensão das pressões internas e externas exercidas pelas partes interessadas. Estas pressões podem refletir os interesses conflitantes entre indivíduos no terreno político (por exemplo, políticos locais, estaduais e federais e o governo local), além de sinalizar a necessidade de diferentes partes satisfazerem os seus próprios interesses (Bisogno; Donatella, 2022). Nessa perspectiva, a teoria da escolha pública fornece o cenário para esse comportamento.

A teoria da escolha pública, por meio dos instrumentos da teoria econômica, avalia as complexas interações que ocorrem no terreno das relações políticas (Buchanan, 1983). Para a avaliação dessas interações complexas é necessário ter em mente que cada indivíduo é movido por três necessidades: a necessidade de se preocupar excessivamente com seus próprios interesses, a necessidade de maximizar sua utilidade e a necessidade de decidir com lógica (Buchanan, 2009; Ferreira; Carvalho; Pinho, 2013). Estas necessidades, em combinação com os desejos de cada uma das partes (por exemplo, eleitor, político eleito, líder de um partido político) podem moldar interesses pessoais. Pellicer, Hodges e Martí (2016) ressaltam que os

gestores locais encontram incentivos para estabelecer as escolhas contábeis que manipulem os resultados no sentido de disfarçar o real contexto e assim ludibriar os cidadãos e demais interessados.

Esse terreno de interesses diversos e divergentes é explicado pela Teoria da Agência (Jensen; Mackling, 1976). Esta teoria, também aplicável no contexto público, apresenta uma abordagem teórica que permite estudar e analisar as práticas de manipulação de resultados pelos governos. Nesta perspectiva, a distorção das informações contábeis é impulsionada pelas assimetrias de informação e problemas de agência, ensejando a procura de informação contábil que pode estar manipulada e distorcida pelos gestores do município (Ferreira, 2023).

2.3 Estudos Anteriores

Estudos nacionais e internacionais têm sido realizados com objetivo precípuo de investigar a manipulação de resultados sob as mais diferentes abordagens de investigação científica. No Brasil, observam-se os estudos de Rodrigues (2007), Santos, Machado e Scarpin (2013), Costa e Gartner (2016), Almeida Santos *et al.* (2019), Costa e Leão (2021) e Araújo, Queiroz e Paulo (2023). Já no campo das investigações científicas internacionais, verificam-se as pesquisas de Pellicer, Hodges e Martí (2016), Paulo (2019), Cohen e Malkogianni (2021) e Rasteiro (2023).

Rasteiro (2023) procurou identificar os determinantes da manipulação de resultados em 293 municípios portugueses, referentes ao ano de 2021, após a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas. Os resultados principais desse estudo indicam que as características dos municípios determinam a manipulação de resultados, ao passo que as características dos presidentes de câmara não apresentam influência sobre esse assunto. Adicionalmente, ao nível das características dos municípios, constata-se que a rentabilidade e a liquidez estimulam a manipulação de resultados, enquanto o endividamento e a autonomia financeira desestimulam a prática de distorção de resultados.

Araújo, Queiroz e Paulo (2023) analisaram o efeito dos ciclos políticos eleitorais sobre o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar em 62,1% municípios brasileiros. A partir dos testes de três hipóteses embasadas na literatura prévia, os resultados evidenciaram *accruals* orçamentários discricionários positivos nos anos imediatamente anteriores aos pleitos democráticos e sua reversão, *accruals* orçamentários discricionários negativos, em anos eleitorais, perfazendo o ciclo eleitoral orçamentário. Os achados também sugerem que os gestores municipais estão, durante o primeiro mandato, mais inclinados a

ingressar nesse tipo de prática, motivados pelas chances de sua recondução ao cargo, a despeito do sucesso no pleito, denotando que os prefeitos estão mais dispostos a adotar tais práticas durante o primeiro mandato.

Costa e Leão (2021) realizaram um estudo com o objetivo de avaliar a relação entre o ciclo eleitoral e a prática de gerenciamento de resultados nos municípios brasileiros no período de 2013 a 2016. Com base em uma amostra que reuniu, durante os anos analisados, 18.523 observações, os achados encontrados por meio da análise da distribuição de frequência indicam que há descontinuidade em torno do resultado nulo, além de uma relação positiva entre o nível de gerenciamento de resultados e a probabilidade de o município apresentar um pífio superávit logo acima de zero, bem como aumento dos níveis de manipulação em períodos pré-eleitorais, bem como em ambientes de maior nível de competição política.

Almeida Santos *et al.* (2019) investigaram quais os incentivos que os gestores públicos dos governos regionais brasileiros poderiam ter para manipular os resultados orçamentários em resposta aos ciclos eleitorais e à lei de responsabilidade fiscal. Nessa perspectiva, utilizou-se uma análise inter-regional para verificar 27 governos regionais brasileiros, durante os anos de 1989 a 2014, totalizando 702 observações. Os principais achados indicam que os governos manipulam os resultados orçamentários para alcançar o equilíbrio orçamentário. Além disso, as evidências revelam que o ciclo eleitoral, por um lado, não apresenta uma manifestação conclusiva sobre a prática de manipulação e, por outro lado, que os governos demonstram incentivos para responder positivamente às regras da lei de responsabilidade fiscal.

O estudo de Paulo (2019) verificou quais os motivos que levam à existência de manipulação das contas em 308 municípios portugueses no período temporal de 2014 a 2017. Os resultados evidenciam que os municípios portugueses gerem as suas contas no sentido de atingir o equilíbrio orçamentário e, para não gerar superávit ou déficit financeiro, os municípios gerenciam as outras receitas e despesas correntes. Os achados ainda revelam que o imobilizado apresenta relação positiva com as outras receitas e despesas correntes, podendo indicar que podem existir receitas e/ou despesas de exercícios anteriores relacionadas com a venda e/ou aquisição de imobilizado ou com a alocação incorreta de material de consumo e distribuição gratuita.

A pesquisa desenvolvida por Cohen e Malkogianni (2018) teve como propósito analisar a manipulação de resultados em 325 municípios gregos, para o período de 2011 a 2015, por meio dos *accruals* e se essas práticas estão relacionadas com os indicadores de sustentabilidade financeira. Para alcançar esse objetivo, foram utilizados dados financeiros anuais cuja análise foi feita com base em estudos prévios. Os achados revelam que os indicadores de

sustentabilidade financeira influenciam positivamente a manipulação de resultados, ou seja, quando os governos locais gregos apresentam superávit ou déficit antes dos *accruals* discricionários, procedem às práticas de manipulação de resultados.

O estudo desenvolvido por Pellicer, Hodges e Martí. (2016) teve como principal objetivo analisar se os municípios ingleses manipulam os resultados, se algumas das características financeiras como o resultado próximo de zero e a alavancagem incentivam a manipulação de resultados e quais os métodos utilizados pelos intervenientes nessa manipulação. Para tanto, a amostra comportou 335 municípios ingleses nos anos de 2009 e de 2010. Os resultados apontaram que os governos locais ingleses adotam práticas de manipulação de resultados para atingir o equilíbrio orçamentário. Os achados também mostraram que os governos mais alavancados apresentam escolhas contábeis mais conservadoras, mostrando que os municípios ingleses com uma alavancagem menor utilizam procedimentos crescentes para aumentar as receitas e os de alavancagem maior, reconhecem as despesas nos resultados mais rapidamente do que o que acontece com as receitas.

Ciente de que a manipulação das informações contábeis não é uma novidade nas instituições de um modo geral, Costa e Gartner (2016) buscaram evidenciar a existência da manipulação contábil no setor público brasileiro e analisar os possíveis impactos de tais práticas em 10 situações contábeis. Para tanto, por meio da análise de estudos de casos múltiplos, os resultados das situações analisadas mostraram que as práticas de manipulação refletem as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, bem como as relações Governo-Sociedade; Governo-Investidores; Governo-Setores Econômicos; e Governo-Estatais.

Santos, Machado e Scarpin (2013) identificaram se os municípios catarinenses manipulam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para alcançar o equilíbrio orçamentário durante os períodos de 2005 a 2008. Utilizando-se da amostra de 277 governos locais e de uma abordagem quantitativa, os achados desse estudo revelaram que esses entes catarinenses gerenciaram as contas de outras receitas correntes e outras despesas correntes para gerenciarem seus resultados contábeis com o objetivo de alcançar o equilíbrio orçamentário.

Rodrigues (2007) procurou analisar se existe gerenciamento dos resultados contábeis através das contas de receitas e despesas não-operacionais, no âmbito das empresas brasileiras classificadas como “Nível 1” de governança corporativa da BOVESPA, em 25 empresas, durante o período de 2000 a 2004 (20 trimestres). Os resultados apresentados, por meio da análise de regressão, apontam indícios de gerenciamento dos resultados por meio das contas de receitas e despesas não-operacionais.

Muitos dos trabalhos acima utilizaram modelos econométricos com a variável *accruals* para facilitar a investigação do gerenciamento de resultados (ver resumo no Quadro 1). O termo *accruals*, definido como a discrepância entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional, seguindo o princípio do regime de competência (*accruals basis*), tem como propósito avaliar o resultado de forma econômica, independentemente da realização financeira. Mas este trabalho utiliza uma abordagem adaptada do modelo utilizado por Rodrigues (2007) por Santos, Machado e Scarpin (2013) para a análise em questão.

Quadro 1- Resumo dos estudos encontrados na literatura sobre a manipulação de resultados.

Autores	Objetivo geral e período de análise	Metodologia	Local e tamanho amostral
Araujo; Queiroz e Paulo (2023)	Analisar o efeito dos ciclos políticos eleitorais sobre o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar nos municípios brasileiros, 2015 a 2020.	Modelo de estimativa de <i>accruals</i> orçamentários discricionários, captados por meio do <i>carry-over</i> do tipo restos a pagar.	1.822 municípios brasileiros. 20.757 observações.
Almeida Santos <i>et al.</i> (2019)	Verificar até que ponto os governos regionais brasileiros manipulam oportunisticamente os resultados orçamentários ao relatar pequenos saldos, e se os ciclos eleitorais e as leis de responsabilidade fiscal são incentivos para essa prática, 1989 - 2014	Análise estatística descritiva em cima dos intervalos definidos para o resultado orçamentário dos estados, se utilizando também de tabulações cruzadas por meio do teste de qui-quadrado de Pearson, do teste V de Cramér e da correlação Tetracortica.	27 estados brasileiros. Painel de dados com 702 observações.
Cohen e Malkogianni (2021)	Analisa o gerenciamento de resultados por meio da manipulação de contas de provisão, 2011-2018	Modelagem de <i>accruals</i> totais e discricionários baseados tanto no modelo de Jones agregado quanto no modelo de Jones modificado (regressão linear múltipla).	325 municípios na Grécia. 1.565 observações.
Costa e Gartner (2016)	Evidenciar a ocorrência da manipulação de dados e analisar seus impactos no setor público brasileiro, (2000 a 2015).	Análise qualitativa de 10 (dez) estudos de casos múltiplos.	Brasil.
Costa e Leão (2021)	Avaliar a relação entre o ciclo eleitoral e a prática de gerenciamento de resultados nos municípios brasileiros, 2013-2016.	Abordagem dos <i>Accruals</i> totais e <i>accruals</i> discricionários usando um modelo de regressão linear múltipla.	5.316 municípios brasileiros. 18.523 observações
Paulo (2019)	Analisar quais as motivações da manipulação de resultados nos municípios portugueses, 2014-2017.	Modelo de regressão múltipla adaptado de Santos, Machado e Scarpin (2013), com a inclusão de novas variáveis independentes, além das utilizadas pelos autores citados.	308 municípios portugueses. 1.232 observações
Pellicer; Hodges e Marti (2016)	Identificar os determinantes da manipulação de resultados no setor público grego e italiano, 2002-2015.	Modelagem de <i>accruals</i> totais e discricionários baseados tanto no modelo de Jones agregado quanto no modelo de Jones modificado (regressão linear múltipla).	526 governos locais (LG) na Grécia e 143 LGs na Itália. 4.300 observações.
Rasteiro (2023)	Identificar os determinantes da manipulação de resultados no setor público português, 2021.	Abordagem dos <i>accruals</i> totais e <i>accruals</i> discricionários usando um modelo de regressão linear múltipla.	293 municípios portugueses. 2.637 observações.

(continua)

(continuação)

Autores	Objetivo geral e período de análise	Metodologia	Local e tamanho amostral
Rodrigues (2007)	Analisar se existe gerenciamento dos resultados contábeis através das contas de receitas e despesas não-operacionais, no âmbito das empresas brasileiras classificadas como “Nível 1” de governança corporativa pela BOVESPA, 2000 a 2004.	Estimação de dois modelos de regressão múltipla com a finalidade de apurar como as contas de resultados não-operacionais (variável dependente) oscilam em comparação ao passivo exigível total das empresas, variação do lucro líquido, e ativo permanente total. (variáveis independentes ou explicativas).	Dados trimestrais de 25 empresas. Painel de dados com 1.500 observações.
Santos, Machado e Scarpin (2013)	Identificar se os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário, 2005-2008.	Estimação de dois modelos de regressão múltipla adaptada de Rodrigues (2007), tendo como variáveis dependentes as contas outras receitas e outras despesas correntes; e a variação do resultado orçamentário municipal, seus passivos reais, ativos imobilizados, densidade populacional e ano eleitoral, como variáveis independentes.	277 municípios de Santa Catarina. Painel de dados com 1.500 observações.

Fonte: Essa pesquisa.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, documental e com abordagem quantitativa. A metodologia conta com estatística descritiva e um modelo econométrico com dados em painel para análise inferencial. O modelo provê informações sobre as mudanças nas variáveis e possibilita considerar os efeitos das variáveis não-observadas.

A amostra deste estudo contou com as informações disponibilizadas nos balanços orçamentários dos 645 municípios do estado de São Paulo no período de 2014 a 2022. A fonte de dados foi o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi, 2023), disponíveis no sítio do Tesouro Nacional, para as variáveis contábeis; e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a variável densidade populacional de cada estado. Inicialmente esperava-se trabalhar com um painel balanceado contendo 5.805 observações (645 municípios x 09 anos). Entretanto, devido à ausência de informações para alguns municípios, a amostra foi reduzida dando origem a um painel curto (quando o número de anos é bem menor que o número de municípios) e desbalanceado de 5.459 observações no modelo A e 5486 observações no modelo B a serem definidos a posteriori.

Sobre as informações ausentes, tem-se 252 municípios que, em pelo menos um determinado ano, não informaram alguma informação contábil entre as selecionadas neste trabalho ao Siconfi. Entretanto, 55% dessas perdas, apenas ocorreu para um único ano (192 municípios), as demais ficaram bem distribuídas da seguinte forma: 05 municípios com perdas relevantes (5 anos ausentes); 05 municípios com 4 anos ausentes; 12 municípios com 03 anos ausentes; e 38 com 02 informações ausentes. A maior parte dessas ausências se deram nos anos de 2014 a 2016 e ao todo (239 observações ausentes ao todo ou 68,5% do total perdido). 349 observações ficaram de fora da amostra em algum momento, representando algo entre 5,5 e 6,0 % de perdas de informações, a depender do modelo analisado.

3.1 Hipóteses e Variáveis de pesquisa

Tomando por base o modelo proposto por Santos, Machado e Scarpin (2012) adaptado de Rodrigues (2007), este estudo utilizou-se das variáveis já consideradas nesses e em estudos mais recentes. No Quadro 2, apresenta-se um resumo das variáveis analisadas neste estudo, sua descrição e a relação esperada, de acordo com o referencial teórico apresentado.

Como o objetivo principal deste estudo é verificar se os gestores dos municípios paulistas gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para

auferir equilíbrio orçamentário, a variável dependente para o modelo A é OTREC que representa o montante alocado na conta contábil 1.9.0.0.00.00.00 (Outras receitas correntes)¹ somadas com a conta 7.9.0.0.00.00.00 (Outras receitas correntes intraorçamentárias), todas já com as devidas deduções. Para o modelo B tem-se a variável dependente OTDEC que diz respeito a Outras despesas correntes obtida a partir da conta contábil 3.3.0.0.00.00.00.

Quadro 2- Variáveis da Pesquisa

Variável	Descrição	Sinal esperado	
		Modelo A ⁽¹⁾	Modelo B ⁽²⁾
OTREC	Variável dependente: Outras receitas correntes do município i , no ano t , (R\$).	Não se aplica	Não se aplica
OTDEC	Variável dependente: Outras despesas correntes do município i , no ano t , (R\$).	Não se aplica	Não se aplica
VAREO	Variável independente: Variação do resultado orçamentário do município i , no ano t , em relação ao ano $t-1$ (R\$).	-	-
IMOB	Variável independente: Ativo Imobilizado do município i , no ano t (R\$).	-	+
PASRE	Variável independente: Passivo financeiro + Passivo não financeiro do município i no ano t (R\$).	+	+
DENPO	Variável de controle: Densidade populacional demográfica do município i , no ano t (R\$).	+	+
ANOEL	Variável <i>Dummy</i> de controle referente ao ano eleitoral para eleições de prefeitos, sendo 1 nos anos de 2016 e 2020, e zero nos demais períodos.	+	+

Nota: ⁽¹⁾ Modelo econométrico onde a variável dependente é OTREC.

⁽²⁾ Modelo econométrico onde a variável dependente é OTDEC.

Fonte: Elaborado pela autora.

Sabe-se que é interesse dos municípios aproximar-se do equilíbrio orçamentário, não pretendendo alcançar ou manter resultados negativos nem resultados positivos muito acima de zero. Santos, Machado e Scarpin (2012) chegaram à conclusão de que a relação entre a variação planejada nos resultados e as demais receitas e despesas correntes seria negativa, sugerindo que, no contexto específico de Santa Catarina, os municípios utilizariam as contas de outras receitas e despesas correntes como meio de assegurar o equilíbrio orçamentário. Segundo os autores, isso ocorreria porque a variação nos resultados orçamentários tende a diminuir quando há um

¹ A conta contábil Outras Receitas Correntes inclui receitas correntes que não são provenientes das fontes tradicionais, como impostos, taxas e contribuições sociais. Isso pode envolver, por exemplo, receitas de juros, dividendos, multas, indenizações, doações e outras entradas financeiras que não fazem parte das atividades operacionais habituais do governo. Já a conta Outras Despesas Correntes, abrange despesas correntes que não são relacionadas aos gastos operacionais principais do governo. Isso pode incluir despesas não recorrentes, indenizações, pagamentos de multas, perdas em investimentos não operacionais e outros custos que não fazem parte das despesas regulares do governo.

aumento nos valores de outras receitas e/ou despesas correntes. Sendo assim, nossa primeira variável independente é VAREO que representa a variação líquida do resultado orçamentário municipal de um ano para outro. Cada resultado orçamentário no ano i foi calculado pela soma das contas contábeis: 1.0.00.00.00 (Receitas correntes) + 7.0.00.00.00 (Receitas correntes intraorçamentárias) + 2.0.00.00.00 (Receitas de capital); menos a soma das contas: 4.0.00.00.00 referentes a Despesas de capital em conjunto com a conta 3.0.00.00.00 referente a Despesas correntes. Todos os ajustes foram computados em caso de deduções apresentadas. Desta forma, espera-se uma relação inversa entre VAREO e as variáveis dependentes OTREC e OTDEC.

Para capturar o montante de imobilizado de cada município ano a ano, coletou-se do balanço patrimonial de cada município paulista a conta Ativo Imobilizado, denominada nesta pesquisa de IMOB –2ª variável independente que está presente em ambos os modelos. Esta conta engloba todo o ativo tangível utilizado para o uso na produção, fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos, com permanência superior a um exercício contábil. Espera-se uma relação negativa com OTREC e positiva com OTDEC conforme identificado por Santos, Machado e Scarpin (2012), sugerindo que recursos provenientes de outras receitas correntes são direcionados para aquisição de ativos fixos, e o aumento nas outras despesas correntes está principalmente associado a gastos relacionados a exercícios anteriores. Esse fenômeno poderia, segundo os autores, estar vinculado à aquisição de ativos fixos ou à alocação inadequada de materiais de consumo e distribuição gratuita.

A 3ª variável independente (PASRE) representa o passivo real de cada município que englobam tanto as obrigações da dívida flutuante e que independem de autorização orçamentária/legislativa para pagamento (passivo financeiro) quanto a dívida fundada que, por sua vez, depende de autorização orçamentária/legislativa para pagamento (passivo permanente) de cada município. Segundo Santos, Machado e Scarpin (2012) espera-se uma relação positiva com OTREC e OTDEC podendo indicar que existem disparidades inesperadas nos restos a pagar (valores maiores do que o esperado), em se tratando, por exemplo, de pagamentos a fornecedores, despesas com pessoal e encargos sociais, ou empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraídos ao longo do período analisado.

Ressalta-se que todas as variáveis expressas em unidades monetárias (R\$) utilizadas neste estudo foram corrigidas pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado a preços de dezembro de 2022².

² O IPCA é o índice oficial de inflação do país e sua variação reflete o custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

Por fim, foram incorporadas aos modelos A e B duas variáveis de controle: a variável DENPO reflete o número de habitantes por quilometro quadrado no município i no ano t , e a variável ANOEL, uma variável *dummy*, que procura capturar a influência que precede à posse do novo prefeito ou sua reeleição com a manipulação de dados por meio das contas das outras receitas e outras despesas correntes.

Espera-se uma relação positiva nos dois modelos para a variável DENPO, pois quanto maior a população, maior a arrecadação por meio multas e juros de mora dos tributos cobrados, gerando um acréscimo nas outras receitas correntes e consequentemente nas outras despesas correntes (Paulo, 2019). Para a variável ANOEL, também é esperado uma relação positiva, partindo do pressuposto de que, em ano eleitoral, os prefeitos interessados na sua recondução, procurarão financiar suas campanhas políticas também por meio do incremento da arrecadação tributária, manipulando resultados por meio das outras receitas e despesas correntes, procurando apresentar aos seus eleitores um superávit financeiro próximo a zero, ou seja, uma gestão das contas públicas mais eficiente possível (Paulo, 2019).

Em resumo, tem-se por hipóteses deste trabalho:

H₁: A variação líquida do resultado orçamentário municipal apresenta uma relação negativa com as outras receitas e outras despesas correntes.

H₂: O incremento do valor dos ativos imobilizados dos municípios paulistas apresenta uma relação negativa com as outras receitas correntes e positiva com as outras despesas correntes.

H₃: O Passivo real influencia positivamente as contas contábeis de outras receitas e outras despesas correntes.

H₄: A densidade populacional dos municípios está relacionada de forma positiva com as outras receitas e outras despesas correntes.

H₅: No ano em que ocorrem eleições municipais para prefeitos, tem-se uma relação positiva com as outras receitas correntes e outras despesas correntes.

3.2 Modelo econométrico

A metodologia de dados em painel ou dados longitudinais é caracterizada por possuir observações em duas dimensões, as quais, para esse estudo, foram definidas como o ano e o município paulista. O modelo de dados do painel tradicional que considera os efeitos da heterogeneidade entre os municípios apresenta a seguinte especificação:

$$Y_{it} = \alpha + \beta_{1t}\chi_{1t} + \dots + \beta_{nt}\chi_{it} + \mu_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que i denota os diferentes indivíduos (empresas, localidades etc.) e t , o período de tempo que está sendo analisado. O α refere-se ao parâmetro de intercepto, β_{it} é o coeficiente angular correspondente à k -ésima variável explicativa do modelo, μ_{it} é o erro aleatório com média zero, e ε_{it} , o erro indiossincrático.

Se o erro aleatório μ_{it} for correlacionado com as variáveis independentes, o método dos mínimos quadrados ordinários resultará em estimadores β inconsistentes. Neste caso, é comum tratar $\alpha_{it}=\alpha_i$, ou seja, cada indivíduo (ou municípios) terá seu próprio coeficiente linear que não mudará com o tempo. Esse modelo é conhecido como de Efeitos Fixos (EF), que fornecerá estimativas consistentes para todos os β . Se este mesmo erro μ_{it} não for correlacionado com os regressores (variáveis independentes), o modelo de Efeitos Aleatórios (EA) é o mais apropriado (Croissant e Millo, 2008).

O modelo econométrico estimado neste estudo³ foi o mesmo utilizado por Santos, Machado e Scarpin (2012) que havia sido adaptado do modelo de Rodrigues (2007). Com essa modelagem, iremos testar se os gestores políticos dos municípios paulistas gerenciam seus resultados contábeis através das outras receitas e despesas correntes. Para tanto, foram feitas diversas estimações, considerando principalmente a relevância teórica de cada variável, bem como o ajuste mais adequado para o estado de São Paulo.

Além dos modelos A e B, também será apresentado uma segunda estimação separando os municípios paulistas em dois estratos populacionais⁴: a) estrato 01 que contém apenas os municípios com população inferior a 100 mil habitantes; e b) estrato 02 formado pelos municípios com população a partir de 100 mil habitantes.

Detalha-se então os dois modelos obtidos a partir da Equação 1:

$$\text{Modelo A:} \quad \begin{aligned} OTREC_{i,t} = \hat{\alpha}_{it} + \hat{\beta}_1 VAREO_{i,t} + \hat{\beta}_2 IMOB_{i,t} + \hat{\beta}_3 PASRE_{i,t} + \hat{\beta}_4 DENPO_{i,t} \\ + \hat{\beta}_5 ANOEL_{i,t} \end{aligned} \quad (2)$$

$$\text{Modelo B:} \quad \begin{aligned} OTDEC_{i,t} = \hat{\alpha}_{it} + \hat{\beta}_1 VAREO_{i,t} + \hat{\beta}_2 IMOB_{i,t} + \hat{\beta}_3 PASRE_{i,t} + \hat{\beta}_4 DENPO_{i,t} \\ + \hat{\beta}_5 ANOEL_{i,t} \end{aligned} \quad (3)$$

em que: *OTREC* representa as outras receitas correntes do município i no ano t ; *OTDEC* representa as outras despesas correntes do município i no ano t ; *VAREO*: variação do resultado

³ Para a estimação dos modelos A e B, utilizou-se o software STATA.

⁴ Há que se comentar que essa divisão foi uma escolha da autora como forma de diminuir possíveis problemas devido à grande dispersão de valores apresentados entre as variáveis dependentes e independentes dos modelos a serem estimados. Como utilizar o logaritmo para diminuir essa variabilidade não era uma possibilidade dado a presença de valores negativos na amostra, optou-se por essa subdivisão como forma de investigação complementar.

orçamentário do município i no ano t , em relação ao ano $t-1$; IMOB: ativo imobilizado do município i , no ano t ; PASRE é o passivo real do município i no ano t ; DENPO é a densidade demográfica do município i no ano t ; e *ANOEL* é a variável *dummy* que assume 1 se for ano de eleições para prefeitura municipal e 0 caso contrário.

Para determinação do modelo mais adequado a ser utilizado neste estudo, foram aplicados testes estatísticos que serão detalhados no tópico a seguir juntamente com os respectivos resultados, bem como um teste de robustez numa seção posterior, onde municípios que apresentem valores superiores a ± 3 desvios padrão da média de outras receitas correntes e/ou outras despesas correntes, seriam excluídos da amostra, e um novo modelo seria estimado sem eles para efeito de comparação com os modelos que possuem todos os municípios da amostra.

3.3 Modelagens e testes estatísticos

Os modelos A e B (Equações 2 e 3) serviram de base para três estimações distintas em separado, na busca da melhor modelagem com as variáveis escolhidas. Neste estudo, 03 (três) simulações foram feitas. Inicialmente, o modelo agrupado ou *pooled* foi estimado em ambas as modelagens. Este modelo é uma abordagem mais direta, ignorando as variações ao longo do espaço e do tempo. Em outras palavras, os coeficientes α_{it} e β_{1t} permanecem constantes em toda a amostra, passando a desconsiderar as diferenças entre os municípios e a variação no tempo. Essencialmente, esta modelagem envolve a agregação das observações para realizar a regressão, sendo sua principal desvantagem a dificuldade em lidar com a possível heterogeneidade entre as variáveis. Além disso, os coeficientes estimados podem apresentar viés e inconsistência.

A 2ª modelagem foi a de efeitos fixos (EF). Nesse modelo, os valores de interceptos em cada regressão, α_i , variam de acordo com os efeitos específicos de cada entidade (município), enquanto os coeficientes angulares das variáveis independentes permanecem constantes em todas as equações para todas as empresas do estudo. Dessa maneira, o termo de intercepto na equação difere entre os municípios, mas os efeitos das variáveis independentes sobre a variável dependente são uniformes. A principal desvantagem de utilizar uma regressão com efeitos fixos é que não se pode incluir variáveis independentes que não variam no tempo.

E por fim, a 3ª modelagem foi a de efeitos aleatórios (EA). Assim como ocorre no modelo de efeitos fixos, a abordagem de efeitos aleatórios sugere distintos termos de interceptação para cada entidade. Novamente, esses interceptos permanecem inalterados ao

longo do tempo, assumindo-se que as relações entre as variáveis explicativas e a variável explicada são consistentes, tanto de maneira transversal quanto temporal. Se os efeitos individuais, α_i , estiverem estritamente não correlacionados com os erros ε_{it} , pode-se empregar estimadores de efeitos aleatórios que permitem a inclusão de variáveis explicativas que não variam no tempo.

De uma maneira mais estatística, a literatura classifica a estimação dos coeficientes α_{it} , segundo duas situações:

- Estimadores de efeitos aleatórios para α_i : assume-se que os coeficientes α_i são termos aleatórios, com variância σ_α^2 , e esses termos não são correlacionados com os erros ε_{it} na Equação 1;
- Estimadores de efeitos fixos para α_i – utiliza-se esses estimadores quando a hipótese de que os coeficientes α_i são não correlacionados com os erros ε_{it} na Equação 1 não é uma hipótese válida.

Sendo assim, para escolha entre o modelo de efeito fixo (EF) e o modelo de efeito aleatório (EA), utiliza-se teste de *Hausman* que tem por hipótese nula (H_0) que os coeficientes α_i não são correlacionados com os erros ε_{it} na Equação 1, ou seja, tem-se o modelo de efeitos aleatórios. Caso o valor-p seja superior a 0,05, não se rejeita H_0 e o modelo de efeitos aleatórios é superior ao modelo de efeitos fixos.

Para escolher entre o modelo *Pooled* e o de Efeitos Fixos, aplica-se o teste de *Chow*. A hipótese nula desse teste é de que há igualdade nos interceptos e nas inclinações para todos os municípios, caracterizando o modelo de dados agrupados (*pooled*). Rejeita-se a hipótese nula caso o valor-p $> 0,05$.

Por fim, para decidir entre *Pooled* e efeitos aleatórios, o teste de *Breusch-Pagan* pode ser utilizado. Esse teste baseia-se na hipótese nula de que a variância σ_α^2 dos termos aleatórios α_i é nula (modelo *pooled*). Desta forma, a aceitação desta hipótese (p-valor $> 0,05$) implica que o modelo *pooled* é superior ao modelo EA. Caso contrário, o modelo EA é preferível ao *pooled*.

Na sequência, após a escolha da melhor técnica de estimação, há que verificar a violação ou não de dois pressupostos característicos dos dados em painel: homocedasticidade dos resíduos e a ausência de autocorrelação nos mesmos. Caso o modelo *pooled* não seja escolhido, realiza-se o teste de *Wald* cuja hipótese nula (H_0) do modelo escolhido é a de homoscedasticidade. Portanto, p-valores inferiores a 5% de significância indicam que a hipótese nula do teste foi rejeitada e, conseqüentemente, houve violação deste pressuposto.

Neste caso, deve-se aplicar a correção robusta de *White* que utiliza o estimador robusto ou de sanduíche da variância. Se o modelo pooled for o mais adequado, será aplicado a correção de Newey-West para corrigir este problema.

Para detectar a presença ou ausência de autocorrelação dos resíduos, o teste indicado é o de *Wooldridge* (2002) cuja hipótese nula é a de ausência de autocorrelação de 1ª ordem. Dessa forma, assim como no teste de *Wald*, p-valor com significância superior a 5%, aceita-se H_0 , o que implica dizer que o pressuposto não foi violado e, portanto, não há autocorrelação. Entretanto, em caso de violação ao pressuposto, a correção robusta de *White* ou de *Newey-West* também pode ser usada para corrigir este problema.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Na tabela a seguir tem-se a estatística descritiva para as variáveis utilizadas neste estudo. Observa-se que a variabilidade das variáveis dependentes e independentes principais em torno da média é elevada – com o coeficiente de variação relativo ($cv = \text{desvio-padrão}/\text{média}$) variando de 5,7 para PASRE até 171,3 para VAREO. Isto se deve ao fato de que o estado de São Paulo possui um número considerável de municípios (645 ao todo) com uma população que variava de 839 habitantes como a cidade de Borá em 2022, até a cidade mais populosa do estado, sua capital, com 12.396.372 habitantes, no mesmo ano. Essa discrepância já era esperada, pois se sabe que existe uma relação estreita entre orçamento público e tamanho populacional de um município, a qual é marcada pela influência direta da demanda por serviços, capacidade de arrecadação e complexidades administrativas. Municípios mais populosos geralmente enfrentam uma demanda crescente por serviços públicos, o que implica em orçamentos mais robustos para atender a essas necessidades. A arrecadação de receitas também está intrinsecamente associada ao tamanho da população, com municípios maiores possuindo uma base tributária mais ampla. Consequentemente, maior a dispersão das variáveis em torno de seus valores médios.

Tabela 1 - Estatística Descritiva das Variáveis da Pesquisa

Variável	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	c.v.
ANO	5805	2018	2.6	2014	2022	0,00
OTREC	5742	16.400.000	188.000.000	- 3.746.224	7.570.000.000	11,5
OTDEC	5805	158.000.000	1.410.000.000	-	47.900.000.000	8,9
VAREO	5804	723.989	124.000.000	- 4.090.000.000	4.870.000.000	171,3
IMOB	5770	238.000.000	1.350.000.000	1.442	36.500.000.000	5,7
PASRE	5488	585.000.000	10.100.000.000	- 2.730.000.000	287.000.000.000	17,3
DENPO	5773	335	1.310	4	14.593	3,9
ANOEL	5805	0,2	0,4	-	1	1,9

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Tabela 2 são apresentadas as correlações entre as variáveis independentes utilizadas neste estudo, sendo que valores mais próximos de zero indicam uma fraca relação entre as variáveis, enquanto valores próximos de ± 1 indicam uma forte relação. Optou-se por utilizar a

correlação de *Spearman* que é uma medida não paramétrica da associação entre os postos das variáveis.

Tabela 2 – Correlação de *Spearman* entre as variáveis independentes.

	VAREO	IMOB	PASRE	DENPO	ANOEL
VAREO	1				
IMOB	0.01	1			
PASRE	0.00	0.69*	1		
DENPO	0.01	0.70*	0.63*	1	
ANOEL	0.11*	0.01	-0.03	0.00	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: (*) significa que a correlação é estatisticamente significativa a 5%.

Um aspecto predominante nos resultados é observado ao notar que existe uma relação moderada⁵ ($0,5 \leq r < 0,7$) e significativa entre PASRE e IMOB e entre PASRE e DENPO; e uma relação forte ($r \geq 0,7$) e significativa entre DENPO E IMOB; indicando que pode haver uma violação no pressuposto básico de que as variáveis independentes devem ser ortogonais entre si, ou seja, deve haver ausência de multicolinearidade entre elas. As demais, apresentaram valores não significativos estatisticamente ou próximo a zero como ANOEL x VAREO.

Uma estatística comumente empregada para identificar a presença de multicolinearidade, por sua facilidade de cálculo e interpretação, é o Fator de Inflação de Variância (FIV). Este indicador mensura o grau pelo qual a variância de cada coeficiente de regressão do modelo estatístico está inflada em comparação com a situação em que as variáveis independentes não apresentam correlação. Um valor de FIV acima de 5 é um bom indicativo da presença de multicolinearidade. Acima de 10 pode-se afirmar que ela está presente, o que pode estar influenciando as estimativas dos coeficientes usando o método de mínimos quadrados ordinários. Todos os FIVs gerados são mostrados na Tabela 3.

Para testar a hipótese inicial de que tanto as outras receitas correntes quanto outras despesas correntes é uma função das variáveis testadas, a análise de regressão foi realizada e os resultados da regressão de efeitos fixos, bem como os testes estatísticos aplicados, são descritos na Tabela 3.

⁵ Não há consenso na literatura sobre intervalos que classifiquem um determinado valor de correlação como forte ou moderado. Sendo assim, optou-se por trabalhar com os intervalos acima.

Tabela 3 – Modelos de estimação por efeitos fixos – Municípios de São Paulo de 2014 a 2022.

Variáveis independentes	MODELO A - OTREC	MODELO B - OTDEC
VAREO	0.27706*** (0.03746)	-0,24353*** (0,01521)
IMOB	0.03549 (0.03263)	-0,07713 (0,08041)
PASRE	-0.01079*** (0.00096)	-0,01732*** (0,00302)
DENPO	-191.972,2 (133.055,50)	775.218,90 (484.417,70)
ANOEL	-525.002,2 (793.325,30)	-7.887.702,00** (3.199.068,00)
Constante	79.100.000,0*** (39.300.000,00)	-68.200.000,00 (146.000.000,00)
FIV máximo	4,49	4,49
<i>Chow</i>	$F_{644,4809} = 2,48^{***}$	$F_{644,4836} = 10,64^{***}$
<i>Breusch-Pagan</i>	desnecessário	desnecessário
<i>Hausman</i>	$\chi^2 = 46,12^{***}$	$\chi^2 = 92,25^{***}$
<i>Wald</i>	$\chi^2_{645} = 1,1 \cdot 10^{12}^{***}$	$\chi^2_{645} = 4,1 \cdot 10^{10}^{***}$
<i>Wooldridge</i>	$F_{1,639} = 316,644^{***}$	$F_{1,642} = 433,207^{***}$
N. de observações	5459	5486
N. de Grupos	645	645

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$. Erros-padrão robustos entre parênteses. A correção de *White* foi aplicada em ambos os modelos aos erros-padrão devido a presença de heterocedasticidade e autocorrelação dos resíduos.

Foram aplicados testes estatísticos para a identificação da técnica de regressão adequada aos modelos A e B. O primeiro teste foi feito com o intuito de verificar a presença de multicolineariedade entre os regressores, pois, segundo o diagnóstico testado, os valores apresentados para os fatores de inflação da variância (FIV) foram $< 4,50$. Considerando que o valor obtido está abaixo do valor mínimo necessário para a indicação de que algum regressor não é ortogonal a outro, pode-se afirmar, portanto, que as variáveis independentes não são multicolineares entre si.

Continuando, o teste F (de *Chow*) foi utilizado para comparar o modelo de Efeitos Fixos estimado com um modelo *Pooled*, modelo este que ignora a estrutura de dados em painel. O valor do teste F nos modelos A e B foram de $F_{644,4809} = 2,48$ e de $F_{644,4836} = 10,64$, respectivamente, ambos estatisticamente significativos a 1%. Dessa forma, verifica-se que o modelo de Efeitos Fixos é mais apropriado para a análise em comparação ao modelo *Pooled* nas duas modelagens.

Os resultados do teste de *Hausman* para a escolha entre o modelo de Efeitos Fixos e o modelo de Efeitos Aleatórios mostrou que, com $\chi^2 = 46,12$ e $\chi^2 = 92,25$ para os modelos A e B, respectivamente, ambos com p -valor = 0,0000, o modelo de efeitos fixos é mais apropriado para a análise proposta do que o modelo de efeitos aleatórios. Diante dos resultados elencados, não se fez necessário aplicar o teste de *Breusch-Pagan*, pois, mesmo que o modelo *pooled* fosse preferível ao EA, o modelo de EF seria superior ao *pooled*. Então, por exclusão, o modelo de

Efeitos Fixos é o mais apropriado para a análise proposta neste estudo tanto para o modelo A, quanto para o modelo B⁶.

Os modelos escolhidos também apresentaram heterocedasticidade nos resíduos (teste *Wald* foi aplicado, $\chi^2_{645} = 1,1 \cdot 10^{12}$ e $\chi^2_{645} = 4,1 \cdot 10^{10}$, p-valor = 0,0000 em ambos). Nesse sentido, foi utilizada uma matriz robusta de variância-covariância (correção de *White*) no modelo de efeitos fixos estimado, como forma de minimizar o problema. Os valores dos desvios-padrão apresentados na Tabela 3 já se encontram com a devida correção.

Foi realizado ainda, o teste de *Wooldridge*, que assume como hipótese nula que não se observa correlação serial de 1ª ordem no painel de dados. O valor encontrado para o modelo em questão foi de $F_{1, 639} = 316,644$ e de $F_{1, 642} = 433,207$, estatisticamente significativos a 1% em ambos os modelos e, portanto, não se rejeita a hipótese nula e considera-se a existência de problemas de correlação serial nos dados. A correção robusta de *White* aplicada anteriormente para resolver a heterocedasticidade dos resíduos, também resolve este problema.

A variável VAREO apresentou coeficiente estimado positivo igual a 0,277, estatisticamente significativo a 1% no modelo A. Um incremento de um real no resultado orçamentário gera um incremento de 0,277 reais em OTREC. Entretanto, esperava-se uma relação negativa, não sendo possível a validação de H_1 no que se refere à outras receitas correntes. No modelo B, a relação foi negativa e significativa a 1%, não contrariando H_1 , ou seja, a variação de resultados orçamentais tende a diminuir se existir um aumento dos valores de outras despesas correntes. Os resultados diferem dos encontrados por Rodrigues (2007), Santos, Machado e Scarpin (2012), e Paulo (2019) para OTREC, mas coincidem com os achados de Santos, Machado e Scarpin (2012), e Paulo (2019) para a variável OTDEC.

A variável IMOB, que captura o capital imobilizado nos municípios paulistas não foi estatisticamente significativa em ambos os modelos apresentados, não sendo possível qualquer inferência sobre o sinal ou valor do parâmetro estimado nos modelos A e B.

A relação apresenta-se negativa e estatisticamente significativa a 1% para a variável PASRE nos modelos A e B. O acréscimo em 1 real no passivo real dos municípios leva a uma diminuição de 0,0108 em outras receitas correntes, enquanto esse mesmo decréscimo é de 0,1073 em outras despesas correntes. O sinal dessa variável não leva à aceitação de H_3 nas duas modelagens. Esses resultados não sugerem que há gerenciamento de resultados neste caso.

⁶ O teste de Chow sugeriu neste caso que EF é preferível ao *pooled*. Teste de Hausman sugeriu que o modelo EF é melhor que o modelo EA. Se o teste de *Breusch-Pagan* desse como resultado que o modelo *pooled* é preferível ao modelo de EA, a comparação seria entre modelo de EF e o *pooled*. Mas o teste de Chow já deixou claro que o modelo de EF é preferível ao modelo *pooled*. Logo, EF é preferível ao *pooled* também.

Esse achado, também, não coincide com os achados de Rodrigues (2007), Santos, Machado e Scarpin (2012), e Paulo (2019) para OTREC e para OTDEC.

Assim como IMOB, a variável de controle DENPO não se mostrou estatisticamente significativa a 10%, não sendo possível validar ou rejeitar H_4 . Já a variável dummy ANOEL só se mostrou significativa no modelo B (p-valor = 0,0140). No entanto, seu sinal não nos permite a validação de H_5 , mesmo que parcial, pois é contrário ao esperado, o que diverge dos resultados de Santos, Machado e Scarpin (2012).

Assim sendo, por meio da análise longitudinal desenvolvida neste estudo, rejeita-se H_1 no modelo A e aceita-se no modelo B (*Existe relação negativa entre a variação do resultado orçamentário com as outras despesas correntes*); sobre H_2 e H_4 nada pode se afirmar tendo em vista que as variáveis IMOB e DENPO não foram estatisticamente significativas em nenhuma modelagem; rejeita-se totalmente H_3 (*o passivo real influencia positivamente as rubricas de outras receitas e outras despesas correntes*); e por fim, rejeita-se H_5 no modelo B (*Existe relação positiva entre o ano eleitoral nas prefeituras municipais e outras despesas correntes*) enquanto que no modelo A, a variável ANOEL não foi estatisticamente significativa.

De uma maneira geral, seria prematuro afirmar a existência de gerenciamento de dados nos municípios do estado de São Paulo, mas os modelos A e B sugerem que os gestores das contas públicas dos municípios paulistas tendem a manipular a conta de outras despesas correntes com o intuito de manter o equilíbrio orçamental.

Para investigar se há diferenças na forma de gerenciar as contas públicas segundo o seu tamanho populacional, a amostra foi dividida em dois estratos: a) amostra 01, que contém 564 municípios, todos com população inferior a 100 mil habitantes; e b) amostra 02, formada por 81 municípios, todos com população com 100 mil habitantes ou mais em 2022. Os resultados para a regressões das duas subamostras são mostrados na Tabela 4.

Em geral, este estudo revelou descobertas consistentes e distintas ao examinar subamostras com base no tamanho populacional⁷. O impacto de VAREO, IMOB e PASRE nas outras receitas correntes (OTREC) nos pequenos municípios - Modelo (3) - não foi estatisticamente significativo, o que não permite concluir se H_1 , H_2 e H_3 possam ser validadas ou não. Em (3), apenas DENPO e ANOEL foram estatisticamente significativas a 10%, mas seus sinais levam à rejeição de H_4 e H_5 , respectivamente, nos pequenos municípios. Nos grandes

⁷ A partir de agora os resultados dos modelos estimados não serão discutidos da mesma forma que os modelos A e B, ou seja, será dado ênfase apenas ao sinal dos coeficientes estimados, para não tornar a leitura repetitiva. No entanto, caso seja do interesse do leitor, todas as informações estatísticas foram apresentadas da mesma forma e podem ser interpretadas igualmente.

municípios (Modelo 5), somente IMOB e PASRE foram estatisticamente significativas a 5% e seus sinais levam à rejeição de H_2 e à aceitação de H_3 , também não sendo forte as evidências de que existe gerenciamento de resultados a partir da rubrica outras receitas correntes no segundo estrato (Tabela 4).

Tabela 4 – Resultados das regressões por amostras – Municípios de São Paulo de 2014 a 2022.

Variáveis independentes	Amostra 01 - Municípios com menos de 100 mil habitantes		Amostra 02 - Municípios com 100 mil ou mais habitantes	
	(3) Efeitos Fixos OTREC	(4) Efeitos Fixos OTDEC	(5) <i>Pooled</i> ⁸ OTREC	(6) Efeitos Fixos OTDEC
VAREO	0,00075 (0,00498)	-0,11007*** (0,02084)	0,11110 (0,10160)	-0,24958*** (0,01676)
IMOB	0,00060 (0,00268)	0,04701* (0,02714)	0,05218** (0,02323)	-0,08058 (0,08320)
PASRE	0,00108 (0,00148)	0,01811* (0,01005)	0,01029*** (0,00395)	-0,01720*** (0,00306)
DENPO	-56.405,66* (10.898,87)	360.849,30*** (116.292,80)	-4.048,726 (2.897,205)	789.069 (504.429,8)
ANOEL	-133.290,40* (80.999,41)	-2.943.414,00*** (265.780,60)	-14.900.000 (12.600.000)	-42.700.000* (23.900.000)
Constante	6.545.643,00*** (834.325,0)	6.521.074,00 (9.094.725,00)	5.726.417 (17.700.000)	-456.000.000 (959.000.000)
FIV máximo	1,23	1,23	4,48	4,48
<i>Chow</i>	$F_{563, 4188} = 5,41^{***}$	$F_{563, 4214} = 52,69^{***}$	$F_{80, 616} = 2,56^{***}$	$F_{80, 617} = 10,38^{***}$
Breusch-Pagan	desnecessário	desnecessário	$\chi^2 = 2,95$	desnecessário
<i>Hausman</i>	$\chi^2 = 115,58^{***}$	$\chi^2 = 114,25^{***}$	$\chi^2 = 0,00$	$\chi^2 = 10,88^{***}$
<i>Wald</i>	$\chi^2_{645} = 1,4 \cdot 10^9^{***}$	$\chi^2_{645} = 2,8 \cdot 10^6^{***}$	$\chi^2_{81} = 4,9 \cdot 10^7^{***}$	$\chi^2_{81} = 5,4 \cdot 10^7^{***}$
<i>Wooldridge</i>	$F_{1, 558} = 2,002$	$F_{1, 561} = 29,999^{***}$	$F_{1, 80} = 372,148^{***}$	$F_{1, 80} = 488,226^{***}$
N. de observações	4757	4783	702	703
N. de grupos	564	564	81	81

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$. Erros-padrão robustos entre parênteses. A correção de *White* aos erros-padrão foi aplicada aos modelos de efeitos fixos (1), (2) e (4), enquanto a correção de *White* foi aplicada ao modelo *pooled* (3).

Quanto às outras despesas correntes (OTDEC), o cenário muda consideravelmente. Com relação a VAREO nada se altera, estatisticamente significativas em (4) e (6) simultaneamente, seus sinais permitem a validação de H_1 tanto em pequenos quanto nos grandes municípios, o mesmo resultado obtido no modelo B (todos os municípios) mostrado na Tabela 3. No entanto, observa-se que o impacto de VAREO em OTDEC é 126,75% maior nos grandes municípios em relação aos pequenos, mais que o dobro, mostrando que o resultado

⁸ Neste modelo o teste de Hausman apontou que o modelo de efeitos aleatórios seria preferível ao de efeitos fixos (ver Tabela 4). Entretanto, o teste de Breusch-Pagan indicou que o modelo *pooled* seria preferível ao modelo de efeitos aleatórios. Assim, na Tabela 4 foram reportados os resultados do modelo *pooled* para o Modelo (5).

orçamentário tem uma importância considerável no gerenciamento das outras despesas correntes nos municípios mais populosos.

As variáveis IMOB, PASRE, DENPO e ANOEL nos pequenos municípios (Modelo 4) foram estatisticamente significativas, permitindo a aceitação conjunta de H₂, H₃ e H₄, enquanto a hipótese H₅ foi rejeitada nesse mesmo modelo. No modelo (6), PASRE e ANOEL também foram estatisticamente significativas, mas seus sinais levam à rejeição de H₃ e H₅, ou seja, exatamente o mesmo resultado obtido no modelo B (Tabela 3). Por si só, pode-se afirmar que existem fortes evidências de que existe gerenciamento de resultados de outras despesas correntes nos pequenos municípios, contrariando os resultados obtidos em B (Tabela 3). Independente do estrato populacional, deve-se enfatizar que a principal motivação do gestor público foi verificada, ou seja, ele se utiliza da conta de outras despesas correntes para manter o equilíbrio fiscal, da mesma forma que demonstrada no modelo B.

Pode-se observar ainda, que, no que tange à variável dependente OTDEC, tanto o modelo geral com todos os municípios (Modelo B), quanto o modelo com os grandes municípios (Modelo 6) apresentaram os mesmos coeficientes estimados estatisticamente significativos e com os mesmos sinais, ou seja, ambos levam às mesmas conclusões sobre a aceitação ou rejeição das hipóteses formuladas (poucos indícios de gerenciamento de resultados a partir de OTDEC). O Quadro 3 mostra um resumo dos resultados obtidos no que diz respeito somente às validações ou não das hipóteses formuladas em todos os modelos já apresentados.

Quadro 3- Resumo dos resultados obtidos

	Modelo A	Modelo B	Modelo (3)	Modelo (4)	Modelo (5)	Modelo (6)
	OTREC	OTDEC	OTREC	OTDEC	OTREC	OTDEC
	Todos os municípios		Municípios pequenos		Grandes municípios	
Hipótese H ₁	Rejeitada	Aceita	n.s.	Aceita	n.s.	Aceita
Hipótese H ₂	n.s.	n.s.	n.s.	Aceita	Rejeitada	n.s.
Hipótese H ₃	Rejeitada	Rejeitada	n.s.	Aceita	Aceita	Rejeitada
Hipótese H ₄	n.s.	n.s.	Rejeitada	Aceita	n.s.	n.s.
Hipótese H ₅	n.s.	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	n.s.	Rejeitada

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: n.s: coeficiente estimado não significativo estatisticamente. Modelos A e B mostrados na Tabela 3, modelos (1), (2), (3) e (4) mostrados na Tabela 4.

No entanto, o quadro difere totalmente quando se analisa o modelo 4 - grupo dos pequenos municípios (Quadro 3), que demonstra fortes indícios de manipulação de resultados no que se refere à OTDEC. Os gestores não se utilizam apenas de seus passivos para gerenciar seus resultados, mas também da variação dos resultados orçamentários e de seus imobilizados.

Talvez a explicação para tais discrepâncias nos resultados ao se comparar o modelo geral com os modelos estimados segundo o porte populacional dos municípios, se deva à ordem de magnitude dos valores das variáveis estudadas para alguns municípios tidos como *outliers*, que possam estar funcionando como uma espécie de “alavanca” nos modelos, interferindo nas estimações obtidas. Sendo assim, mostrou-se relevante estudar em separado, os pequenos dos grandes municípios de São Paulo. Neste sentido, tem-se a seguir um teste de robustez para investigar a influência de possíveis *outliers*.

4.1 Testes de Robustez

Para avaliar a robustez de nossos resultados, realizamos estimativas adicionais, excluindo da amostra todos os municípios cujos valores para as variáveis OTREC e OTDEC tenham excedido ± 03 desvios padrão de suas médias. Seguindo esse critério, a capital de São Paulo foi excluída da amostra por causa da sua significativa disparidade da média no ano de 2022, em relação às variáveis OTREC e OTDEC⁹.

Novas regressões foram estimadas, agora sem a capital paulista na amostra (Tabela 5). Ao analisar a Tabela 5, observamos que o modelo de efeitos fixos foi o mais apropriado. Verificam-se que no modelo A*, apenas os coeficientes das variáveis DENPO e ANOEL foram estatisticamente significativos a 5%, mas nenhum com os sinais esperados, logo as hipóteses H₄ e H₅ não podem ser validadas. Esse achado está de acordo com os trabalhos de Santos, Machado e Scarpin (2013) e Paulo (2019), bem como de acordo com Rodrigues (2007), no que se refere à variável DENPO.

No modelo B*, os coeficientes estimados foram estatisticamente significativos (p-valores variaram de 1 a 10%) para as variáveis VAREO, PASRE, DENPO e ANOEL, e percebe-se que a variação do resultado orçamentário e de anos eleitorais, contribuem para a diminuição de outras despesas correntes. Efeito oposto se tem com o passivo real e a densidade populacional que contribuem para aumentar as outras despesas correntes. Observando os sinais dessas variáveis, pode-se validar H₁, H₃ e H₄. Tais resultados estão totalmente de acordo com os achados de Santos, Machado e Scarpin (2013) e parcialmente com os resultados de Rodrigues (2007) no que tange ao coeficiente estimado de PASRE.

⁹ Para se ter uma ideia da importância da capital em todo o estado, a capital São Paulo gastou em 2022, 14,81 e 13,95 mais com outras receitas correntes e outras despesas correntes, respectivamente, do que Campinas que foi o município com o 2º maior gasto para essas contas contábeis. Sozinho, este município foi responsável por 48% do total arrecado com outras receitas correntes e 36% do total gasto com outras despesas correntes.

Diferente da análise inicial (modelos A e B da Tabela 3), que envolviam todos os municípios paulistas, no modelo A com OTREC, os resultados apontavam para a rejeição das hipóteses H_1 e H_3 , com todas as demais hipóteses não se podendo afirmar se poderiam ou não ser validadas. Agora, os resultados deste teste de robustez, não validam as hipóteses H_4 e H_5 . Todavia, comparando com o modelo (3), os resultados encontrados foram exatamente os mesmos, mostrando que a retirada da capital da amostra tornou possível um maior alinhamento com uma amostra composta apenas de municípios menores.

Tabela 5 - Regressões com todos os municípios de São Paulo, após exclusão da capital.

Variáveis independentes	MODELO A* Efeitos Fixos OTREC	MODELO B* Efeitos Fixos OTDEC
VAREO	-0,02354 (0,03435)	-0,07176* (0,04068)
IMOB	-0,00295 (0,00284)	0,00867 (0,00912)
PASRE	0,00329 (0,00744)	0,04683*** (0,01079)
DENPO	-57249,46** (24126,93)	253465,7** (108776,6)
ANOEL	-557707,4** (243237,7)	-4218700,0*** (571607,0)
Constante	2,85E+07*** (7343950,0)	1,37E+07 (3,43E+07)
FIV máximo	1,76	1,76
<i>Chow</i>	$F_{643,4801} = 9,34***$	$F_{643,4828} = 108,28***$
Breusch-Pagan	Desnecessário	desnecessário
<i>Hausman</i>	$\chi^2 = 154,38***$	$\chi^2 = 300,45***$
<i>Wald</i>	$\chi^2_{644} = 8,0 \cdot 10^9***$	$\chi^2_{644} = 1,1 \cdot 10^8***$
<i>Wooldridge</i>	$F_{1,638} = 6,69***$	$F_{1,641} = 144,646***$
N. de observações	5450	5477
N. de Grupos	644	644

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$. Erros-padrão robustos entre parênteses. A correção de *White* foi aplicada em ambos os modelos aos erros-padrão devido a presença de heterocedasticidade e autocorrelação dos resíduos.

Os resultados se alteram ainda mais, no que tange à variável dependente OTDEC. Inicialmente (Modelo B, Quadro 3), H_1 havia sido validada, mas H_3 e H_5 não. Agora, H_1 , H_3 e H_5 podem ser validadas, achados esses bem parecidos com os resultados obtidos para os pequenos municípios (Modelo 4).

Os modelos estimados para o estrato com municípios pequenos são mostrados na Tabela 6, e a partir dos resultados das Tabelas 4, 5, e 6 montou-se o Quadro 4 para facilitar a interpretação das regressões.

Tabela 6 – Modelo de efeitos fixos para grandes municípios de São Paulo, após exclusão da capital.

Variáveis independentes	MODELO (5*) Efeitos Fixos OTREC	MODELO (6*) Efeitos Fixos OTDEC
VAREO	-0,02849 (0,04060)	-0,06555 (0,04846)
IMOB	-0,00310 (0,00299)	0,00721 (0,00890)
PASRE	0,00345 (0,00810)	0,04909*** (0,01136)
DENPO	-57.097,64 (25.226,41)**	249.420,7** (112.495,0)
ANOEL	-3.865.913,0* (2.014.772,0)	-14.000.000,0*** (4.049.182,0)
Constante	178.000.000,0*** (48.200.000,0)	7.275.325,0 (224.000.000,0)
FIV máximo	1,36	1,36
Chow	$F_{79,608} = 8,80$ ***	$F_{79,609} = 101,74$ ***
Breusch-Pagan	Desnecessário	Desnecessário
Hausman	$\chi^2 = 17,45$ ***	$\chi^2 = 63,75$ ***
Wald	$\chi^2_{80} = 3,4 \cdot 10^5$ ***	$\chi^2_{80} = 45.952,45$ ***
Wooldridge	$F_{1,79} = 7,544$ ***	$F_{1,79} = 141,676$ ***
N. de observações	693	694
N. de Grupos	80	80

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: ***p<0.01, **p<0.05, *p<0.1. Erros-padrão robustos entre parênteses. A correção de *White* aos erros-padrão foi aplicada aos modelos de efeitos fixos (5*) e (6*).

Quadro 4 - Resumo dos resultados obtidos, excluindo o município de São Paulo.

	Modelo A*	Modelo B*	Modelo (3)	Modelo (4)	Modelo (5*)	Modelo (6*)
	OTREC	OTDEC	OTREC	OTDEC	OTREC	OTDEC
	Todos os municípios		Municípios pequenos		Grandes municípios	
Hipótese H ₁	n.s.	Aceita	n.s.	Aceita	n.s.	n.s.
Hipótese H ₂	n.s.	n.s.	n.s.	Aceita	n.s.	n.s.
Hipótese H ₃	n.s.	Aceita	n.s.	Aceita	n.s.	Aceita
Hipótese H ₄	Rejeitada	Aceita	Rejeitada	Aceita	Rejeitada	Aceita
Hipótese H ₅	Rejeitada	n.s.	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: n.s: coeficiente estimado não significativo estatisticamente. Modelos A* e B* mostrados na Tabela 5, modelos (3) e (4) são os mesmos mostrados na Tabela 4, e modelos (5) e (6), mostrados na Tabela 6.

Ao contrário do Modelo A que englobava todos os grandes municípios paulistas com a variável dependente OTREC (modelos 5 e 6 da Tabela 4), os resultados indicaram a rejeição da hipótese H₂ e a aceitação da H₃, sem que se possa afirmar conclusivamente sobre a validação das demais hipóteses. Os resultados do teste de robustez agora não confirmam as hipóteses H₄ e H₅. No entanto, ao comparar o modelo (6*) com o modelo (A*), os resultados encontrados

foram exatamente os mesmos, mostrando que a retirada da capital da amostra tornou possível um maior alinhamento também com uma amostra composta apenas de municípios maiores.

Os resultados sofrem alterações significativas em relação à variável dependente OTDEC. Inicialmente (Modelo 6, Quadro 3), a hipótese H_1 foi validada, mas H_3 e H_5 foram rejeitadas. Agora, H_3 e H_4 podem ser confirmadas, enquanto H_5 permanece rejeitada, resultados semelhantes aos encontrados no modelo B*.

Mesmo com os pequenos municípios respondendo por 87,4% do total de municípios paulistas, ou seja, grande parte da amostra utilizada nesse estudo¹⁰, dos resultados obtidos no teste de robustez, pode-se concluir que:

- a) o efeito da retirada da capital alterou os achados de formas diferentes. Em ambos os modelos, nenhuma hipótese foi validada. No modelo A*, rejeita-se H_4 e H_5 , enquanto no modelo A, H_1 e H_3 foram rejeitadas, não podendo realizar qualquer inferência de que existiria manipulação de resultados pelo uso de outras receitas correntes. No modelo B*, a hipótese H_1 continua sendo aceita assim como no modelo B, confirmando a principal motivação do gestor público de que ele gerencia os resultados contábeis através de OTDEC para manter o equilíbrio orçamental. Isso é corroborado com a aprovação de H_3 o que indica a manipulação dos passivos reais também a partir de OTDEC com a retirada da capital da amostra. A validação da variável de controle DENPO (hipótese H_4) no modelo B* indica que a dimensão dos municípios em termos de número de habitantes por km^2 , influencia as rubricas diretamente relacionadas com as contas públicas, tal como previsto na hipótese 6.
- b) a divisão realizada em estratos populacionais foi pertinente, pois permitiu identificar que os gestores dos municípios menores parecem se utilizar bem mais das outras despesas correntes no gerenciamento de seus resultados, em comparação com os modelos B*. No modelo (4), além das mesmas validações de H_1 , H_3 e H_4 , também se pode validar H_2 e rejeitar H_5 . Ou seja, os gestores diminuem o valor das rubricas de outras despesas correntes quando os déficits orçamentários são mais elevados e vice-versa, além de aumentam as despesas com imobilizado e com suas dívidas quando o resultado orçamentário está acima do desejado, gerindo seus passivos por meio do diferimento de gastos para garantir o equilíbrio das contas públicas; e
- c) os resultados agora corroboram com os achados de Santos, Machado e Scarpin (2012) para todos os coeficientes estimados estatisticamente significativos no modelo B*. Também

¹⁰ Não apresentaremos os resultados para o estrato de pequenos municípios, pois seriam idênticos aos modelos (3) e (4), já que não houve inclusão ou exclusão de municípios no mesmo.

coincidem com os resultados de Rodrigues (2007) para PASRE no modelo B*. No modelo (4), os resultados são os mesmos de Santos, Machado e Scarpin (2012), com exceção de ANOEL.

Não obstante, como os modelos (5*) e (6*) apresentaram muitos coeficientes não estatisticamente significativos (metade dos parâmetros estimados) e apenas duas hipóteses aceitas (H_3 e H_4 com OTDEC), não se pode afirmar que grandes municípios praticam uma contabilidade criativa exatamente da mesma forma demonstrada na modelagem com os pequenos municípios (Modelo 4). A amostra com grandes municípios é bem menor que a dos pequenos municípios e isso pode ter colaborado na baixa significância dos parâmetros estimados.

Por fim, há indícios de que o ano em que ocorrem as eleições não exerce influência nas contas de outras receitas e outras despesas correntes, independente da modelagem ou amostra analisada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo geral de investigar a prática de manipulação contábil nos resultados orçamentários dos municípios paulistas, foram analisados 645 municípios paulistas no período compreendido entre 2014 e 2022 inclusive, utilizando-se de uma abordagem quantitativa.

Para tanto, utilizando-se do modelo proposto por Santos, Machado e Scarpin (2012), buscou-se identificar a influência de cinco variáveis explicativas (VAREO, IMOB, PASRE, DENPO e ANOEL) nas outras receitas correntes e outras despesas correntes.

Observou-se que o tamanho populacional era um fator importante nessa investigação. A prática de gerenciamento de resultados é menos evidente nos municípios paulistas com cem mil ou mais habitantes, do que nos municípios com uma população inferior, o que talvez possa ser reflexo de um maior acompanhamento pelos órgãos de controle nos locais de maiores orçamentos e, portanto, maiores gastos, ou mesmo do tamanho reduzido desse estrato. Uma amostra maior de grandes municípios (período superior a 09 anos de análise) poderia ter levado à uma maior ocorrência de parâmetros estatisticamente significativos, o que enriqueceria a discussão dos resultados.

Também ficou constatado que a magnitude do orçamento público da capital paulista frente aos demais municípios estava mascarando em parte os resultados em nossa análise. Quando suas informações foram retiradas da amostra, nossos resultados permitiram inferir que existe gerenciamento de resultados, em grande parte, por conta da manipulação das outras despesas correntes. E assim, das cinco hipóteses colocadas para o modelo B* (OTDEC) e Modelo (4), foram validadas três (H_1 , H_3 e H_4) em B* e quatro no modelo (4) (H_1 , H_2 , H_3 e H_4)

Assim, segundo os resultados encontrados, existe uma relação negativa entre a variação do resultado orçamentário e as outras despesas correntes, sugerindo que os municípios paulistas se utilizam da conta de outras despesas correntes para gerenciarem seus resultados, na propensão de aumentá-las, e com isso, auferir equilíbrio orçamentário, confirmando parcialmente a hipótese H_1 testada no trabalho. Quanto ao imobilizado, este possui relação positiva com as outras despesas correntes, validando parcialmente a hipótese H_2 mas somente nos pequenos municípios. As obrigações de curto e longo prazo (passivo real) e a densidade populacional possuem relação positiva com as outras despesas correntes, validando totalmente H_3 nos modelos (B*), (4) e (6*). Por fim, em anos eleitorais, os resultados mostraram que não houve acréscimos das outras receitas e outras despesas correntes, não validando, portanto, H_5 .

Há que se colocar também, que os indícios de manipulação de resultados foram mais evidentes nos pequenos municípios do que nos grandes. Os municípios com menos de 100 mil

habitantes apresentaram resultados semelhantes aos obtidos nas regressões que envolviam todos os municípios sem a capital da amostra (Modelo 4 *versus* Modelo B*), com 04 das 05 hipóteses validadas, contra somente H₅ que foi rejeitada. Todavia, nos municípios maiores, os indícios de que haveria uma contabilidade criativa não permite qualquer inferência ainda, tendo-se em vista que metade dos coeficientes estimados foram estatisticamente não significativos, inclusive para VAREO e IMOB. Apenas as hipóteses H₃ e H₄ foram parcialmente validadas, isto é, o passivo real e a densidade populacional incrementam as outras despesas correntes, no modelo (6*).

Em resumo, os modelos estimados trazem indícios de a principal motivação do gestor investigada neste trabalho, a de que ele se utiliza das contas de outras receitas correntes e outras despesas correntes para manter o equilíbrio fiscal pode ser parcialmente confirmada. Ele se utiliza da conta de outras despesas correntes em quatro dos cinco modelos estimados - Modelos B, B*, (4) e (6).

Por fim, uma das limitações encontradas no nosso modelo foram a ausência de informações orçamentárias para muitos municípios da amostra. Dados para anos inferiores a 2013 também eram muito mais escassos do que para anos mais recentes. Isto impediu que pudessemos ter uma amostra maior, além de um painel de dados mais balanceado.

Pesquisas futuras poderão se utilizar de períodos maiores e novas variáveis como excesso de endividamento, transferências correntes, governança, transparência, indicadores de corrupção e outras, de forma a identificar a influência destas nas outras receitas e despesas correntes.

Considerando também que as variáveis desse estudo apresentam um certo grau de endogeneidade, outras modelagens envolvendo painel de dados como modelos dinâmicos do tipo GMM ou modelos ARDL por exemplo, poderiam ser utilizadas em estudos futuros.

A presente pesquisa focou no estado de São Paulo, mas poderia ser replicada para outros estados, ou até mesmo grandes regiões brasileiras. Sendo assim, considera-se alcançado, o objetivo principal deste estudo de identificar quais contas contábeis levam à existência de manipulação de resultados nos municípios paulistas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA SANTOS, P. S.; PIRES DA SILVA, J.; PEREIRA, J. M.; FERREIRA DOS SANTOS, A. C. Evidencias de manipulaci3n de resultados presupuestarios en el sector p3blico: an3lisis cross-subnational para el Brasil. **Cuadernos de Contabilidad**, [S. l.], v. 19, n. 48, p. 1–14, 2019. DOI: 10.11144/Javeriana.cc18-48.emrp. Dispon3vel em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cuacont/article/view/25214>. Acesso em: 3 feb. 2024.
- ARA3JO, R. J. R. de; QUEIROZ, D. B. de; PAULO, E. Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçament3rios por meio de restos a pagar. **Revista de Administra33o P3blica**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 6, p. e2022–0382, 2023. DOI: 10.1590/0034-761220220382. Dispon3vel em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/90402>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ASSOCIA33O BRASILEIRA DE NORMAS T3CNICAS. **ABNT NBR 14724**: informa33o e documenta33o: trabalhos acad3micos: apresenta33o. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. **ABNT NBR 6023**: informa33o e documenta33o: cita33es em documentos: apresenta33o. Rio de Janeiro, 2018.
- _____. **ABNT NBR 10520**: informa33o e documenta33o: cita33es em documentos: apresenta33o. Rio de Janeiro, 2023.
- BECK, A. W. Opportunistic financial reporting around municipal bond issues. **Review of Accounting Studies**, v. 23, n. 3, p. 785-826, 2018.
- BENEISH, M. D. Earnings management: A perspective. **Managerial finance**, v. 27, n. 12, p. 3-17, 2001.
- BISOGNO, M.; DONATELLA, P. Earnings management in public-sector organizations: a structured literature review. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 34, n. 6, p. 1-25, 2022
- BRASIL. Lei n.º 4.320, de 17 de març3o de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elabora33o e controle dos orçamentos e balanç3os da Uni3o, dos Estados, dos Munic3pios e do Distrito Federal. Dispon3vel em: . Acesso em: 12 jun. 2023.
- _____. Constitui33o (1988). Constitui33o da Rep3blica Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada at3 a Emenda Constitucional n. 99, de 14 de dezembro de 2017. Dispon3vel em: Acesso em: 12 jun. 2023.
- _____. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanç3as p3blicas voltadas para a responsabilidade na gest3o fiscal e d3 outras provid3ncias. Dispon3vel em: . Acesso em: 12 jun. 2023.
- BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The calculus of consent: Logical foundations of constitutional democracy**. University of Michigan press, 1965.
- BUCHANAN, J. M. The public choice perspective. **Journal of Public Finance and Public**

Choice, v. 1, n. 1, p. 7-15, 1983.

BUCHANAN, J. M. Politics without Romance: A Sketch of Positive Public Choice Theory and Its Normative Implications. James M. Buchanan & Robert D. Tollison (Eds.), *The Theory of Public Choice–II* (pp. 11-22). 2009.

CAPALBO, F; FRINO, A.; MOLLICA, V; PALUMBO, R. Accrual-based earnings management in state owned companies: Implications for transnational accounting regulation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 6, p. 1026-1040, 2014.

COHEN, S.; MALKOGIANNI, I. Sustainability measures and earnings management: Evidence from Greek municipalities. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 33, n. 4, p. 365-386, 2021.

COSTA, F. M. da; LEÃO, F. H. F. C. Gerenciamento de resultados e ciclo eleitoral em municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 697–715, 2021. DOI: 10.1590/0034-761220200112. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/83625>. Acesso em: 17 fev. 2024.

COSTA, G. P. C. L.da C.; GARTNER, I. R. Manipulação de informações contábeis no setor público brasileiro: evidências em dez casos pesquisados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 141–162, 2016. DOI: 10.5007/2175-8069.2015v12n26p141. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2015v12n26p141> . Acesso em: 4 jan. 2024.

CROISSANT, Y.; MILLO, G. Panel Data Econometrics in R: The plm Package. **Journal of Statistical Software**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 1–43, 2008. DOI: 10.18637/jss.v027.i02. Disponível em: <https://www.jstatsoft.org/index.php/jss/article/view/v027i02>. Acesso em: 3 jan. 2024.

DE JESUS, A. C. P; DE ALMEIDA, B. J. M.; DA SILVA, A. M. F. G. Determining factors in modified audit reports: evidence from Portuguese municipalities: Factores determinantes en los informes de auditoría modificados: evidencia de los municipios portugueses. **Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review**, v. 25, n. 2, p. 329-339, 2022.

DECHOW, P. M.; SKINNER, D. J. Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. **Accounting horizons**, v. 14, n. 2, p. 235-250, 2000.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of accounting and economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

FERREIRA, A.; CARVALHO, J.; PINHO, F.. Earnings management around zero: a motivation to local politician signalling competence. **Public Management Review**, v. 15, n. 5, p. 657-686, 2013.

FERREIRA, A.. Debt as a motivation for earnings management by Portuguese

municipalities?. **Public Money & Management**, p. 1-12, 2023.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JONES, M. Evidence for creative accounting and fraud. **Creative Accounting, Fraud and International Accounting Scandals**, p. 69-96, 2011.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A.. Law and finance after a decade of research. In: **Handbook of the Economics of Finance**. Elsevier, 2013. p. 425-491.

LA PORTA, R.; SILANES, L. de F.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Law and finance. **Journal of political economy**, v. 106, n. 6, p. 1113-1155, 1998.

MOREIRA, J. Manipulação para Evitar Perdas: o Impacte do Conservantismo. **Contabilidade e Gestão**, v. 3, n. 4, p. 33–63, 2008.

PAULO, C. M. P. **Manipulação de Resultados no Setor Público A Relação entre a Transparência e a Manipulação de Resultados nos Municípios Portugueses**. 2019. 76 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Controlo de Gestão, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, 2019.

PEDERNEIRAS, M. M. M.; LOPES, J. E. D. G.; FERREIRA, J. O. L.; DOS SANTOS, V. M.; RIBEIRO FILHO, J. F. Marcos regulatórios do controle interno: um estudo na ambientação com o controle externo e o controle social no Brasil. **Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 15, n. 1, p. 2-17, 2018.

PELLICER, M.; HODGES, R.; MARTÍ, C. Earnings management in English local governments: determining factors and instruments. **Financial Accountability & Management**, 17463, 1–21, 2016

PILCHER, R.; VAN DER ZAHN, M.. Local governments, unexpected depreciation and financial performance adjustment. **Financial Accountability & Management**, v. 26, n. 3, p. 299-324, 2010.

PINA, V.; ARCAS, M. J.; MARTI, C.. Accruals and accounting numbers management in UK executive agencies. **Public Money & Management**, v. 32, n. 4, p. 273-280, 2012.

QUEIROZ, I. S. de A. de; RODRIGUES, A.. Um estudo sobre o gerenciamento da informação contábil pelos municípios fluminenses para alcance do piso constitucional de aplicação em saúde. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 59, 2014

RASTEIRO, I. S. **Determinantes da manipulação de resultados: A adoção do SNC-AP pelos governos locais**. 2023. 69f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Contabilidade, Instituto Universitário de Lisboa, 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/29383/1/Master_ines_serra_rasteiro.pdf. Acesso em: 02 jan. 2024.

RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. E. G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; FERREIRA, J. O. L. Controle interno, controle externo e controle social: análise comparativa da percepção dos

profissionais de controle interno de entidades das três esferas da Administração Pública. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 3, p. 48-63, 2008.

RODRIGUES, A. Gerenciamento dos Resultados Contábeis Através de Receitas e Despesas Não-Operacionais: estudo empírico das companhias “nível 1” - Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-18, 28 jan. 2007. Semestral. Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFRJ.

http://dx.doi.org/10.21446/scg_ufrj.v2i1.13119. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13119/0>. Acesso em: 03 out. 2022.

SANTOS, P. S. A. dos; MACHADO, D. G.; SCARPIN, J. E. Gerenciamento de Resultados no Setor Público: Análise por meio das Contas Orçamentárias Outras Receitas e Despesas Correntes dos Municípios de Santa Catarina. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 15-43, 2012. Quadrimestral. Disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197026282002>. Acesso em: 03 out. 2023.

SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Brasília, 2023. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> . Acesso em 22 ago.2023. Base de Dados.

TRAN, Y. T.; NGUYEN, N. P.; HOANG, T. C. The role of accountability in determining the relationship between financial reporting quality and the performance of public organizations: Evidence from Vietnam. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 40, n. 1, p. 106801, 2021.

VALE, H. C. P. do; LENZI, L. A. F. (org.). **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos da UFAL**. Maceió: UFAL, 2022. Disponível em: https://sibi.ufal.br/portal/wp-content/uploads/2022/09/Manual-para-normaliza%ca7%ca3o-de-trabalhos-academicos_atualizado-em_22SET_site.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

VERBRUGGEN, S.; CHRISTIAENS, J.. Do non-profit organizations manage earnings toward zero profit and does governmental financing play a role?. **Canadian Journal of Administrative Sciences/Revue Canadienne des Sciences de l'Administration**, v. 29, n. 3, p. 205-217, 2012.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. Cambridge: The Mit Press, 2002. 735 p.